----------Ata número três de dois mil e vinte e seis----------

-----Ao décimo nono dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Mesão Frio, em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, com a seguinte ordem de trabalhos:----------

1. Período antes da ordem do dia;----------

2. Período ordem do dia;----------

a) Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes (alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);----------

b) Relatório anual do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações conexas (mês de abril) – Tomar conhecimento;----------

c) Contratos de Aquisição de Bens e Serviços com Encargos Plurianuais, autorizados pela Assembleia Municipal em 29 de dezembro de 2025, nos termos do n.º 5 artigo 23.º, das Normas de Execução Orçamental, que fazem parte integrante das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026 – Tomar Conhecimento;----------

d) Prestação de Contas Consolidada do Exercício Económico de 2025 – Proposta de Apreciação e Votação;----------

e) 11.ª Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Planos e Orçamento para 2026 – Proposta de Aprovação;----------

f) Alteração/atualização do Regimento da Assembleia Municipal – Proposta de Aprovação;----------

3. Período aberto ao público.----------

Estiveram presentes os senhores, Carlos Manuel Pombo Soares Silva, Presidente da Assembleia Municipal, que, nesta qualidade, abriu a sessão às catorze horas e trinta e três minutos, o Primeiro Secretário, Luís Miguel Silva Marques, a Segunda Secretária, Andreia Sofia Santos Mota, (em substituição da Segunda Secretária, Ana Cristina Alves Rodrigues da Costa), Jorge Filipe Portela, Mónica Sofia Pereira Leite Monteiro, (em substituição do membro Ana Cristina Alves Rodrigues da Costa), Marco António Gonçalves Teixeira, João Miguel Mansilha Correia, Carlos Alexandre Dias Pereira (em substituição do membro Joana Monteiro Pires de Lima), Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio, José Manuel de Oliveira Marante, José Ângelo Pinto Vieira e Pedro Miguel Alves Poças (PS), Hélder Manuel Gomes Ferreira, Carlos Miguel Freitas Ferreira, Lisa Maria de Oliveira Martins, Igor Marcos Farinha Miranda Ferreira, Tiago Miguel

Rodrigues Alves, Víctor Manuel Vieira Oliveira (em substituição do membro Eurico José Coutinho Proença Guedes Rodrigues), e Márcio Joel Pereira Ribeiro (PPD/PSD).---------
Estiveram presentes os senhores, Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva, Presidente da Câmara Municipal, Manuel Fernando Mesquita Correia e Sandra Cristina Barbosa Ferreira, vereadores do (PS), Mário Luís Mendes de Sousa Pinto e Diogo Miguel Figueiredo Rocha vereadores do (PPD/PSD).----------
FALTAS JUSTIFICADAS: Joana Monteiro Pires de Lima, Ana Cristina Alves Rodrigues da Costa, (PS) e Eurico José Coutinho Proença Guedes Rodrigues (PPD/PSD).----------
FALTAS INJUSTIFICADAS: Paula Cristina Alves Teixeira Costa (PPD/PSD). ---------
1. Período Antes da Ordem do Dia----------
Iniciada a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou os presentes e informou que haviam sido rececionados três pedidos de substituição, apresentados pelos membros Ana Cristina Alves Rodrigues da Costa, Joana Monteiro Pires de Lima (PS) e Eurico José Coutinho Proença Guedes Rodrigues (PPD/PSD), dando conta da impossibilidade de estarem presentes. Informou ainda que, ao abrigo do n.º 3 do artigo 10.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mesão Frio, foi designada para substituir a 1.ª Secretária nestas funções, a Deputada Andreia Sofia Santos Mota (PS).---
De seguida, O Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade dos membros que marcaram presença na mesma.----------
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, relativamente à correspondência de maior relevância rececionada, constava o parecer do Procurador do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela sobre a alegada ilegalidade do prazo de envio das convocatórias aos membros da Assembleia Municipal, o qual culminou com um despacho de arquivamento. Informou ainda que, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, rececionou uma exposição relativa a um procedimento de consulta prévia, tendo solicitado esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Em resposta, foi informado de que o referido procedimento se encontrava ainda em curso, a ser tramitado pelo respetivo júri, pelo que, naquela fase, não existia informação adicional relevante a prestar. Por fim, informou que foi rececionada a proposta para apreciação e votação de dois votos de pesar, subscritos pelas bancadas parlamentares do PS e do PPD/PSD, em homenagem a Alcino Mamede Teixeira Alexandre e a Manuel Barros, antigo membro da Assembleia Municipal de Mesão Frio.

Ainda no período antes da ordem do dia, o membro Hélder Ferreira (PPD/PSD), no uso da palavra, referiu que pretendia exercer o dever de escrutínio da ação do executivo municipal, estruturando a sua intervenção em três pontos. No primeiro ponto, criticou as declarações proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal na Sessão Solene do 25 de Abril, considerando que foram dirigidas à oposição de forma ofensiva e que procuraram descredibilizar o seu papel fiscalizador. Defendeu que as críticas apresentadas pelo PPD/PSD assentam nos documentos financeiros elaborados pelo próprio executivo, destacando o resultado líquido negativo, a redução da liquidez imediata e o aumento do prazo médio de pagamento a fornecedores, questionando o Presidente da Câmara sobre a situação financeira do Município. No segundo ponto, acusou o executivo de tratar de forma desigual as Juntas de Freguesia, apontando como exemplo a cedência de equipamentos municipais à Junta de Freguesia de Vila Marim, alegando que lhe foram exigidos procedimentos administrativos que, segundo afirmou, não foram solicitados a outras Juntas. Referiu igualmente a situação do Polidesportivo de Vila Marim, reiterando a posição anteriormente assumida pelo PPD/PSD relativamente à delegação de competências, defendendo que aquele equipamento deveria ter sido incluído. Manifestou ainda preocupação com intervenções realizadas por algumas Juntas de Freguesia em equipamentos municipais fora do âmbito das respetivas delegações de competências, alertando para a necessidade de cumprimento do enquadramento legal. Criticou igualmente a atuação do executivo perante um munícipe que alegadamente sofreu prejuízos decorrentes do mau estado da via pública, considerando que não obteve resposta adequada por parte da Câmara Municipal. No terceiro ponto, abordou questões relacionadas com a gestão dos recursos municipais, questionando a aquisição de um cilindro para obras municipais, alegando a sua reduzida utilização e levantando dúvidas sobre o recurso a maquinaria privada em trabalhos do Município e sobre a forma como essa utilização é compensada. Criticou ainda o estado de conservação das estradas municipais, a demora na reposição da iluminação pública em determinados locais do concelho e a forma como o executivo divulgou essa intervenção nas redes sociais. Concluiu afirmando que, na sua opinião, existe falta de rigor na gestão municipal, dirigindo ao executivo três questões relativas à utilização do cilindro e de maquinaria privada, às razões para as falhas na iluminação pública e às prioridades da gestão autárquica, defendendo que o Município deve privilegiar a resolução dos problemas concretos da população.----------

O membro Miguel Ferreira (PPD-PSD) questionou o Executivo Municipal sobre o ponto de situação de vários projetos estruturantes anteriormente apresentados como prioritários para o desenvolvimento do concelho, nomeadamente o Centro de Incubadora de Empresas, a requalificação das Piscinas Descobertas e o Corredor Verde. Solicitou esclarecimentos sobre a fase de execução de cada projeto, os constrangimentos que têm condicionado o seu avanço e a existência de um calendário para a sua concretização. Referiu ainda que, apesar da aposta do Executivo Municipal no projeto do Corredor Verde, continua por concretizar uma estratégia de valorização da zona fluvial da Rede, considerando tratar-se de um espaço com elevado potencial turístico, ambiental e económico. Questionou, por isso, a definição das prioridades municipais e a ausência de investimento naquela área. Concluiu salientando que os munícipes têm o direito de conhecer o estado de execução dos compromissos assumidos pelo Executivo, defendendo a necessidade de transparência, prestação de contas e esclarecimentos objetivos sobre o futuro destes projetos.----------

O membro Jorge Portela (PS) referiu que não corresponde à realidade a ideia de que apenas no atual mandato existe uma oposição preparada e fiscalizadora, recordando que os vereadores da oposição são os mesmos do mandato anterior, tendo apenas ocorrido a transição de um movimento independente para o PPD. Salientou ainda que, tanto na Assembleia Municipal anterior como na atual, existiam membros com formação jurídica, experiência política e conhecimento das matérias autárquicas. Referiu igualmente que as dúvidas levantadas pela oposição relativamente à legalidade da convocatória da sessão ordinária de 27 de fevereiro de 2026 foram afastadas pela entidade competente, que concluiu ter sido respeitada a lei. Considerou que se tem vindo a verificar um padrão em que determinadas narrativas políticas não encontram confirmação nos factos, referindo também as afirmações relativas à situação financeira do Município, que, segundo afirmou, não se encontra em situação de saneamento financeiro. Acrescentou que parte significativa da atuação da oposição continua centrada no mandato anterior, defendendo que a atividade política deve privilegiar a apresentação de soluções para o concelho. A propósito das senhas de presença da Assembleia Municipal, afirmou que estas não ficaram mais baixas, tendo mesmo registado um ligeiro aumento, considerando que o tema deve ser tratado com respeito, tendo em conta a realidade remuneratória de muitos trabalhadores do concelho. Referiu ainda que, nas Assembleias de Freguesia, alguns dos atuais críticos não evidenciaram, no passado, um exemplo de assiduidade, mencionando, em concreto, o membro Hélder relativamente ao período em que integrou a Assembleia

de Freguesia de Vila Marim. Concluiu defendendo a importância da coerência na vida pública, do respeito pelo resultado eleitoral e da necessidade de a Assembleia Municipal se afirmar como um espaço de debate sério, fiscalização responsável e construção de soluções para o concelho, em detrimento da repetição de narrativas políticas.----------

O membro Tiago Alves (PPD/PSD) manifestou estranheza pelo facto de diversos documentos submetidos à Assembleia Municipal, designadamente o Relatório Financeiro de junho, a informação relativa aos contratos com encargos plurianuais e outros despachos, se encontrarem assinados pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal. Esclareceu que não colocava em causa a legitimidade dessas assinaturas, mas solicitou esclarecimentos sobre se tal situação resultava de uma substituição pontual do Senhor Presidente da Câmara ou se o Senhor Vice-Presidente vinha assumindo, de forma recorrente, o exercício das funções de Presidente. Defendeu que, tratando-se de uma situação aparentemente frequente, é importante garantir transparência relativamente ao exercício efetivo das competências executivas, considerando que os eleitos e os munícipes têm o direito de saber quem exerce, em cada momento, a liderança política do Município.----------

O membro Victor Oliveira (PPD/PSD) questionou o ponto de situação da colocação de lombas redutoras de velocidade na freguesia de Barqueiros e o abatimento da Estrada Nacional 108-3, na freguesia de Barqueiros, junto à Quinta do Piar.----------

Márcio Ribeiro (PPD/PSD), presidente da Junta de Freguesia de Vila Marim, questionou o ponto de situação da obra do muro situado no lugar da Igreja, em Vila Marim, referindo que os trabalhos se encontram interrompidos. Manifestou ainda estranheza pelo facto de a Junta de Freguesia ter recebido um ofício a solicitar o Plano e Orçamento e o Relatório de Contas, no âmbito da cedência de uma tenda por parte da Câmara Municipal, considerando tal procedimento insólito. Por último, alertou para os problemas causados pelas intempéries, salientando a necessidade de os mesmos serem resolvidos durante o período de verão, de forma a prevenir o agravamento das situações.----------

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Silva (PS), afirmou que o Partido Socialista, na figura da Câmara Municipal, tem sido alvo de ataques assentes em inverdades, desinformação e informações falsas, que, no seu entendimento, visam exclusivamente atingir o Partido Socialista e a atuação da Câmara Municipal. Referiu, em particular, uma publicação divulgada nas redes sociais relativa à cedência de uma tenda à Junta de Freguesia de Vila Marim para as comemorações do Dia da Criança, considerando que a mesma continha informações falsas. Esclareceu que, contrariamente

ao que foi afirmado, o comunicado emitido pelo Município nunca referiu que as crianças tivessem invadido o espaço do polidesportivo, salientando que o Polidesportivo de Vila Marim, bem como os restantes equipamentos de lazer da freguesia, estão disponíveis para utilização por toda a população. Relativamente ao pedido do Plano e Orçamento e do Relatório de Contas, esclareceu que é prática habitual que todas as Juntas de Freguesia remetam esses documentos à Câmara Municipal após a respetiva aprovação, de forma a manter os processos devidamente instruídos para efeitos de apreciação de futuros pedidos de apoio municipal e assim evitar estas situações. Disse ainda que no ofício que foi enviado ao senhor presidente da Junta de Freguesia de Vila Marim não houve agressividade e que caso houvesse algum documento por entregar, o espaço seria na mesma cedido e ratificado à posterior pela Câmara Municipal. Terminou, referindo que estes documentos são exigidos à Câmara Municipal e que foram escritas muitas barbaridades nas redes sociais acerca deste assunto. Prosseguindo a sua intervenção, referiu que a questão das passadeiras se encontra a ser tratada, encontrando-se a Câmara Municipal em diálogo com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barqueiros, com vista à colocação de passadeiras não só naquela freguesia, mas também nas restantes freguesias do concelho. Esclareceu ainda que, relativamente ao abatimento da estrada, o mesmo resulta das intempéries verificadas, tratando-se de uma situação transversal a todo o país. Acrescentou que existem já municípios liderados pelo PSD que receberam apoios financeiros destinados à realização das respetivas intervenções e que o Município de Mesão Frio continua a ficar para trás. Referiu ainda que, relativamente à falta de iluminação pública no concelho, a mesma não decorre de questões financeiras da Autarquia, mas sim de constrangimentos da responsabilidade da E-Redes. Acrescentou que a Câmara Municipal, bem como os seus serviços técnicos, têm procedido à sinalização das ocorrências e diligenciado junto da entidade competente, insistindo na necessidade de resolução célere das situações identificadas.----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para se pronunciar sobre a insistência da bancada parlamentar do PPD/PSD em alegar, de forma reiterada, a ilegalidade da convocatória da sessão, considerando que essa posição foi utilizada de forma constante para colocar em causa a competência do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. Referiu que entendeu essa atuação como arrogante e acrescentou que esperava ouvir, por parte daquele grupo, um reconhecimento de que estavam errados, bem como uma manifestação de humildade nesse sentido, afirmando que ficou desagradado por tal não ter acontecido.----------

Em resposta, a senhora Deputada Lisa Martins, referiu que o Presidente da Assembleia tinha toda a razão, tendo apresentado desculpas por se ter remetidos ao silêncio. ----------

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia de que foram remetidos à Mesa dois votos de pesar, um pelo falecimento de Alcino Mamede Teixeira Alexandre e outro elo falecimento de Manuel Barros, subscritos pelas bancadas parlamentares do PS e do PPD/PSD, anexos à presente ata. Após ter procedido à leitura dos mesmos, e não havendo ninguém inscrito para intervir, pôs à votação os votos de pesar que foram aprovados por unanimidade.----------

2. Período ordem do dia:----------

a) Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes (alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que, à data da realização da Assembleia Municipal, o limite de endividamento financeiro do Município ascendia a 9.097.000,00 €, sendo a dívida municipal de 5.158.000,00 €. Informou ainda que a margem de endividamento era de 1.575.000,00 € e que, desde 31 de dezembro de 2025 até à data da Assembleia Municipal, a dívida tinha registado uma redução de 154.000,00 €. Acrescentou que, no seu entendimento, não existe qualquer dívida oculta, contrariando as afirmações que, segundo referiu, a oposição tem vindo a proferir publicamente sobre esta matéria. Relativamente aos pagamentos a fornecedores, afirmou que todos os fornecedores locais, sem exceção, são pagos no prazo de 30 dias, considerando que as informações divulgadas pela oposição nas redes sociais sobre esta matéria não correspondem à realidade. Referiu, igualmente, que o Estado mantém valores em dívida ao Município de Mesão Frio, no montante de várias dezenas de milhares de euros, designadamente no âmbito de candidaturas relacionadas com a área do turismo.

No que respeita à resolução dos estragos provocados pelas intempéries, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a demora na sua resolução se deve ao facto de o Governo ainda não ter procedido ao desbloqueio dos apoios financeiros necessários. Acrescentou que, caso ocorra um novo inverno com características semelhantes antes da concretização das intervenções previstas, a situação poderá agravar-se significativamente, alertando que, se atualmente os problemas já são preocupantes, poderão tornar-se ainda mais graves até 2030. Relativamente ao Programa de Financiamento Portugal 2030, informou que a Câmara Municipal concluiu, no ano de 2025, as negociações com a Autoridade de Gestão e com a CCDR-N, tendo o Município sido alvo de uma redução de

10 % na respetiva dotação financeira. Acrescentou que já foram disponibilizadas verbas destinadas à habitação social, mas que, segundo referiu, o Governo ainda não autoriza a sua utilização pelo Município. De seguida, o Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou um ponto de situação sobre as principais obras e projetos municipais em curso. Relativamente às piscinas descobertas, informou que o contrato se encontra adjudicado e que a componente respeitante à eficiência energética está concluída, esclarecendo, contudo, que a empreitada não terá início durante o período de verão. No que respeita ao Centro de Saúde, referiu que a obra se encontra em execução. Quanto ao Cais do Bernardo, informou que a empreitada se encontra em fase de conclusão. Relativamente à candidatura da área do turismo, "Porta do Douro", no valor de meio milhão de euros, referiu que a execução física da obra se encontra concluída em mais de metade, faltando apenas a componente dos conteúdos, cuja conclusão deverá ocorrer até ao próximo dia 15 de julho. No que concerne ao Corredor Verde, referiu que apenas falta a assinatura do respetivo contrato para o arranque da intervenção no valor de 560 mil euros. Referiu ainda que a obra de construção do acesso pedonal à escola teria início na semana seguinte à data de realização da Assembleia Municipal. Relativamente à Incubadora de Empresas, referiu que a oposição sempre manifestou o seu apoio à concretização desta obra. Contudo, salientou que, posteriormente, acabou por votar contra a aprovação do respetivo financiamento.----------

O membro Lisa Martins (PPD/PSD), no uso da palavra, referiu que a Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, que é apresentada à Assembleia Municipal, é insuficiente para avaliar a evolução da atividade municipal. Salientou que a apresentação dos resultados e das decisões tomadas nas reuniões deveria ser acompanhada de metas e objetivos para o futuro, por forma a permitir aferir se houve efetivamente melhorias. Acrescentou que a secção relativa a obras e manutenções transmite a ideia de uma gestão predominantemente reativa, centrada nas necessidades do dia a dia, sem evidenciar uma estratégia de atuação. Defendeu, igualmente, que a componente da gestão financeira deveria esclarecer o impacto das medidas adotadas na evolução da dívida municipal. Relativamente ao risco jurídico identificado no relatório, considerou que não é apresentada uma estratégia para a sua mitigação.----------

No que respeita à informação sobre os processos judiciais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a mesma é prestada pela advogada externa que assegura a representação jurídica do Município. Acrescentou que nem sempre é possível

determinar ou quantificar, com rigor, os riscos associados aos processos judiciais em curso, conforme referido pelo membro Lisa Martins.----------

O membro Tiago Alves (PPD/PSD) referiu que, habitualmente, coloca algumas questões sobre o relatório para obter um maior detalhe relativamente às ações desenvolvidas, mas que, nesta ocasião, pretendia apenas solicitar esclarecimentos sobre as reuniões com investidores locais, nacionais e internacionais. Recordou que, em sessões anteriores, lhe tinha sido explicado que essas reuniões incidiam essencialmente sobre os projetos turísticos da rede e questionou se existiam desenvolvimentos relativamente a esses projetos ou se tinham surgido novas iniciativas no âmbito desses contactos.----------

O membro Hélder Ferreira (PPD/PSD) afirmou que o relatório de atividades do Senhor Presidente da Câmara Municipal procura evidenciar uma grande quantidade de ações, mas que, no seu entendimento, não reflete uma gestão eficaz do Município. Referiu que a bancada do PSD já havia alertado, em anteriores sessões, para o aumento da dívida de curto prazo e para o agravamento dos prazos médios de pagamento aos fornecedores, considerando que essa situação se mantinha. Questionou a aparente contradição entre a existência de disponibilidade financeira evidenciada no resumo diário de tesouraria e os montantes em dívida a fornecedores e outros credores, solicitando esclarecimentos sobre as razões de se manterem esses pagamentos em atraso. Relativamente à atividade do Executivo, considerou que as prioridades políticas não estão orientadas para os problemas estruturais do concelho, referindo, em particular, a deslocação do Senhor Presidente a Istambul, no âmbito da CIM Douro, questionando quais os benefícios concretos que essa participação trouxe para o Município. No que respeita à Estratégia Local de Habitação, manifestou preocupação com a ausência de progressos, referindo que o processo permanecia na fase de candidaturas e projetos em elaboração. Solicitou informação sobre a data prevista para o início da execução das intervenções. Concluiu solicitando resposta às seguintes questões: o prazo médio atual de pagamento aos fornecedores e a justificação para a existência de dívidas a terceiros apesar das disponibilidades financeiras evidenciadas; a data prevista para o início da execução da Estratégia Local de Habitação; e os benefícios concretos decorrentes da participação do Senhor Presidente no congresso realizado em Istambul.----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que a informação apresentada é mais do que suficiente, acrescentando que esse entendimento é igualmente corroborado pelas reuniões que tem vindo a realizar com os munícipes e com os empresários. Salientou, ainda, que a referida informação reflete, com rigor, a realidade do

assunto em apreciação, esclarecendo que, sempre que foram solicitados documentos para consulta, os mesmos nunca foram recusados. Acrescentou que integra uma comissão da CIM Douro na área dos transportes públicos e da proteção civil, em conjunto com outros Presidentes de Câmara, cuja missão consiste em assegurar a representação institucional da CIM Douro, em articulação com técnicos da Comunidade Intermunicipal das mais diversas áreas. Relativamente à deslocação a Istambul, referiu que a mesma se revelou muito interessante e enriquecedora, permitindo identificar novas perspetivas e desafios, designadamente no que respeita ao futuro dos transportes no Concelho.----------

b) Relatório anual do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações conexas (mês de abril) – Tomar conhecimento----------

O membro Hélder Ferreira (PPD/PSD) usou da palavra para se pronunciar sobre o Relatório Anual do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção, referindo que o facto de o ponto da ordem de trabalhos se destinar à tomada de conhecimento não impede a análise crítica do respetivo conteúdo. Afirmou que as críticas apresentadas resultam do trabalho de fiscalização desenvolvido pelos Vereadores do PSD ao longo do ano de 2026, considerando que as situações por estes levantadas relativamente à contratação pública não se encontram refletidas no relatório remetido ao Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC). Sustentou que existe uma discrepância entre as medidas de prevenção e transparência descritas no documento e a atuação do Executivo Municipal, defendendo que a gestão financeira do Município evidencia falta de rigor, designadamente no que respeita ao pagamento a fornecedores e entidades prestadoras de serviços. Referiu, em concreto, alegadas dívidas a entidades como a Resinorte e as Águas do Interior Norte, bem como o aumento do prazo médio de pagamento para cerca de 80 dias e a existência de dívida corrente e a credores na ordem dos 800 mil euros, entendendo que tal situação contrasta com os princípios de transparência e boa gestão invocados no relatório. Acrescentou que o Plano constitui um exercício meramente formal, considerando que os mecanismos de controlo interno nele previstos não evitaram o agravamento da situação financeira do Município, fazendo referência ao resultado líquido negativo do último exercício, superior a 1,35 milhões de euros. Por fim, solicitou esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o número de auditorias internas realizadas, nos últimos 12 meses às áreas dos ajustes diretos e da contratação pública; a forma como justifica o resultado líquido negativo registado, face aos mecanismos de controlo e gestão de risco previstos no Plano; e as medidas concretas adotadas, na sequência dos alertas apresentados pelos Vereadores do PSD, para assegurar maior rigor na gestão da despesa

e no pagamento atempado aos fornecedores----------

O membro Lisa Martins (PPD/PSD), no uso da palavra, referiu que o documento apresenta uma exposição extensa sobre a mitigação de riscos, do favorecimento, da transparência e da concorrência na Administração Pública, considerando, contudo, que, em diversos aspetos, o seu conteúdo não reflete a realidade da atuação do Município. Acrescentou que o relatório contém uma fundamentação predominantemente descritiva, mas pouca demonstração prática da eficácia das medidas implementadas, entendendo que tal evidencia o reconhecimento da existência de vulnerabilidades na organização, sem que sejam definidas respostas concretas, metas ou indicadores que permitam avaliar a sua implementação e os respetivos resultados. Sustentou, ainda, que a transparência implica identificar as falhas verificadas, as medidas corretivas adotadas, as alterações introduzidas e as ações previstas para o futuro, considerando que o documento traduz, sobretudo, o cumprimento de uma obrigação formal, sem assegurar, no seu entendimento, os pressupostos essenciais de uma efetiva prevenção de riscos e de uma gestão transparente. Concluiu afirmando que uma governação assente no mero formalismo acaba por penalizar o Município.----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, esclareceu que o modelo em causa foi implementado há relativamente pouco tempo, pelo que a sua aplicação integral ainda apresenta muitas dificuldades. Acrescentou que os municípios de menor dimensão nem sempre dispõem dos instrumentos e dos recursos necessários para assegurar a sua implementação de forma plenamente eficaz.----------

c) Contratos de Aquisição de Bens e Serviços com Encargos Plurianuais, autorizados pela Assembleia Municipal em 29 de dezembro de 2025, nos termos do n.º 5 artigo 23.º, das Normas de Execução Orçamental, que fazem parte integrante das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026 – Tomar Conhecimento----------

Não havendo mais ninguém inscrito para intervir foi tomado conhecimento.------

d) Prestação de Contas Consolidada do Exercício Económico de 2025 – Proposta de Apreciação e Votação;----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou a proposta, esclarecendo que as contas individuais do Município relativas ao exercício económico de 2025 já foram aprovadas pela Câmara Municipal. Explicou que o documento agora submetido a apreciação e votação da Assembleia Municipal respeita à Prestação de Contas Consolidada do exercício de 2025, a qual integra, para além das contas do Município, a participação do Município na ADIN, da qual é acionista, com uma participação de 0,3%.

Acrescentou que a aprovação das contas consolidadas constitui uma formalidade legal decorrente dessa participação societária e que, após aprovação pela Assembleia Municipal, o processo será remetido ao Tribunal de Contas, nos termos legais.----------

O membro Tiago Alves (PPD/PSD), no uso da palavra, teceu um conjunto de considerações coincidentes com a declaração de voto anexa, e que aqui se dá por reproduzida. ----------

O membro Igor Ferreira (PPD/PSD), no uso da palavra, referiu que a análise da Prestação de Contas Consolidada do exercício de 2025 deve ser efetuada com sentido de responsabilidade institucional, reconhecendo o trabalho técnico desenvolvido, mas identificando igualmente alguns aspetos que, no seu entendimento, merecem especial preocupação. Salientou que o Revisor Oficial de Contas emitiu uma opinião com reservas, à semelhança do que tem sucedido em exercícios anteriores, considerando que tal traduz a existência de limitações na validação de alguns elementos das demonstrações financeiras, designadamente ao nível do controlo e valorização de ativos e da fiabilidade de determinados registos contabilísticos. Relativamente à situação financeira do Município, referiu que o resultado líquido do exercício se manteve negativo, ascendendo a cerca de 1,33 milhões de euros, valor superior ao registado no exercício anterior, entendendo que esta evolução evidencia um desequilíbrio entre gastos e rendimentos que exige acompanhamento e adoção de medidas corretivas. No que respeita à aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, designadamente da Norma de Contabilidade Pública n.º 27, observou que o próprio relatório reconhece que o sistema ainda não se encontra plenamente implementado, não sendo possível apresentar toda a informação prevista. Considerou que esta situação dificulta uma avaliação mais rigorosa dos custos dos serviços municipais, das atividades desenvolvidas e das políticas públicas implementadas, comprometendo, no seu entendimento, a eficiência, a transparência e a qualidade da decisão. Acrescentou que persistem fragilidades ao nível do controlo patrimonial, nomeadamente quanto à valorização, identificação e mensuração de alguns bens municipais, defendendo a necessidade de prosseguir o trabalho de inventariação, atualização e rigor contabilístico, entendendo que a falta de recursos humanos deixa de constituir justificação suficiente para a manutenção destas situações. Referiu ainda que o relatório evidencia limitações na consolidação da informação orçamental, circunstância que, segundo o auditor, não permitiu a emissão de uma opinião plenamente fundamentada sobre as demonstrações orçamentais consolidadas.

O senhor presidente da Câmara Municipal defendeu que se trata exclusivamente da visão do Revisor Oficial de Contas e que esta é contabilística.----------

Não havendo mais ninguém inscrito para intervir, posto a votação o documento em apreço, foi aprovado por maioria, com 12 votos a favor dos membros da bancada parlamentar do PS e da Mesa e 7 votos contra da bancada parlamentar do PPD/PSD, tendo os membros do PPD/PSD apresentado a declaração de voto anexa.----------

e) 11.ª Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Planos e Orçamento para 2026 – Proposta de Aprovação. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a presente alteração orçamental se destina a fazer face a despesas relacionadas com os resíduos e com três obras fundamentais, anteriormente mencionadas, a realizar nas freguesias de Vila Marim e Oliveira, ascendendo o montante global da alteração orçamental a 100.000,00 €.----------

O membro Hélder Ferreira (PPD/PSD) referiu que a 11.ª alteração orçamental, apresentada ainda no primeiro semestre do ano, evidencia, no seu entendimento, falta de planeamento e de rigor na elaboração e execução do orçamento municipal. Considerou que o recurso sucessivo a alterações orçamentais demonstra uma gestão assente em ajustes contínuos, questionando a metodologia adotada pelo executivo. Salientou ainda que, de acordo com a informação técnica constante da proposta, a regra do equilíbrio orçamental não se encontra verificada ao nível da execução, manifestando preocupação com a sustentabilidade financeira do Município. Concluiu afirmando que o PSD não acompanha esta forma de gestão, defendendo um planeamento mais rigoroso, maior previsibilidade na elaboração do orçamento e o cumprimento dos princípios do equilíbrio financeiro.----------

O membro Tiago Alves (PPD/PSD) manifestou preocupação com o facto de esta ser a 11.ª alteração orçamental em apenas seis meses de execução, considerando que tal evidencia insuficiente planeamento e falta de previsibilidade na elaboração do orçamento. Referiu que o recurso frequente a alterações orçamentais traduz, no seu entendimento, uma gestão reativa, suscetível de comprometer a estabilidade, a transparência e o controlo da execução financeira. Acrescentou que, face à situação financeira do Município, esta sucessão de alterações levanta dúvidas quanto ao planeamento financeiro para o exercício seguinte.----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que o Executivo Municipal não pode prever acontecimentos imprevisíveis, como a ocorrência de intempéries, o aumento do preço dos bens ou a necessidade de intervenção decorrente da

queda do muro em Vila Marim. Acrescentou que estas e outras situações imprevistas, que motivaram igualmente alterações orçamentais anteriores, justificam a presente alteração orçamental. Concluiu afirmando que o orçamento para o corrente ano foi elaborado com rigor.----------

Posto a votação o documento em apreço, foi aprovado por maioria, com 12 votos a favor dos membros da bancada parlamentar do PS e da Mesa e 7 votos contra da bancada parlamentar do PPD/PSD, tendo este apresentado a declaração de voto anexa à presente ata.----------

f) Alteração/atualização do Regimento da Assembleia Municipal – Proposta de Aprovação----------

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que subsistem três questões que carecem de uma análise mais aprofundada. Informou ainda que reuniu com os serviços de informática da Autarquia e que, nesta fase, não se considera oportuno proceder à criação de um sítio institucional destinado à divulgação de toda a informação relativa à Assembleia Municipal. Reiterando as informações prestadas sobre este assunto no início da sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal comunicou que o presente ponto seria retirado da ordem de trabalhos, ficando a sua apreciação adiada para a próxima sessão.----------

2. Período aberto ao público.----------

Não se registou qualquer pedido de inscrição no período aberto ao público. ----------

Nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada, por unanimidade, a minuta da presente ata, tendo, de seguida, sido encerrada a sessão, pelas dezoito horas.

O Presidente da Assembleia Municipal,

Carlos Pombo Silva

O 1.º Secretário,

Luís Miguel Silva Marques

A 2.ª Secretária,

Andreia Sofia Santos Mota

Declaração de Voto

11.ª Alteração Orçamental Modificativa
às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PSD) votou **CONTRA** a 11.ª Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Plano para o ano de 2026, por imperativo de rigor, responsabilidade e defesa dos interesses dos mesão-frienses, fundamentando a sua posição nos seguintes pressupostos:

1. Apresentar a 11.ª alteração orçamental com apenas seis meses de execução não é um procedimento normal, nem deve ser normalizado. Este facto evidencia, de forma inequívoca, que o orçamento aprovado no final do ano transato era irrealista, mal estruturado e rapidamente ultrapassado pela realidade. O atual executivo substituiu as "Grandes Opções do Plano" por "Grandes Improvisos do Momento", demonstrando uma gestão por impulsos, assente em sucessivas falhas de planeamento e numa governação estritamente reativa.

2. Alterar o documento orientador do município onze vezes num semestre significa alterar permanentemente as regras do jogo. Esta sucessão quase mensal de alterações modificativas dificulta o controlo autárquico, reduz substancialmente a transparência e sinaliza que o Executivo não tem capacidade para gerir os recursos do município com a devida estabilidade. Um orçamento deve ser um mapa de rota e não uma folha em branco preenchida ao sabor das emergências de secretaria.

3. A presente alteração de mais de 100 mil euros é feita num quadro de enorme fragilidade. A própria informação técnica subjacente a este documento admite, de forma clara, que a regra do equilíbrio orçamental não está a ser verificada a nível de execução, atestando que *"a despesa corrente paga, acrescida das amortizações médias de empréstimos, são superiores às receitas correntes líquidas"*. Num município que já apresenta um resultado corrente negativo e liquidez pressionada, é um ato de irresponsabilidade política continuar a abrir novas frentes de despesa quando os serviços técnicos reconhecem que a Câmara gasta mais do que aquilo que é financeiramente sustentável.

Em suma, o voto contra do PSD não representa uma oposição à modernização da gestão de resíduos ou à reparação urgente de vias, mas sim uma total rejeição desta metodologia administrativa. O Partido Social Democrata recusa ser cúmplice de uma política de "ir fazendo", que subestima as necessidades reais na fase de elaboração orçamental para, mês após mês, vir pedir autorização a esta Assembleia para corrigir a sua própria desorientação.

Mesão Frio exige rigor, planeamento sério e o respeito intransigente pelos princípios do equilíbrio financeiro local.

Mesão Frio, 19 de junho de 2026.

Os Membros da Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Social Democrata

Declaração de Voto

Prestação de Contas Consolidada do Exercício Económico de 2025

Há um dado importante neste documento: o resultado antes de depreciações e gastos de financiamento é negativo em 29.790,06 €.

Isto significa que a atividade corrente do município — o dia a dia — consome mais recursos do que aqueles que gera, mesmo antes de contarmos com o desgaste do património. Um município equilibrado deve gerar uma poupança corrente positiva para poder cofinanciar investimentos, nomeadamente obras com fundos europeus. Mesão Frio está a queimar poupança na despesa de funcionamento diária e, pelo que nos parece, vamos continuar a engordar a máquina!

Outra curiosidade deste documento é que o município volta a justificar a falha na implementação da Norma de Contabilidade Pública 27 com a falta de recursos humanos. Continuar a justificar a não implementação desta norma com a falta de recursos humanos, quando desde 2021 até 2026 o número de funcionários da divisão administrativa e financeira aumentou de 38 para 47 pessoas — um aumento de quase 25% —, é no mínimo irónico.

Esta norma estabelece os requisitos e orientações para que as entidades públicas desenvolvam sistemas analíticos focados no controlo de custos, na eficiência operativa e na tomada de decisão fundamentada. Dito isto, parece-nos que a não aplicação desta norma não é uma impossibilidade, mas sim uma escolha — uma escolha deliberada para fugir ao escrutínio, tornando as contas do município muito opacas.

E provavelmente vão dizer que o software já foi adquirido, tal como vem mencionado no documento. Mas se o disserem, não se esqueçam que daqui a um ano cá estaremos para ver o que virá no documento de 2026.

O relatório de contas de 2025 de Mesão Frio mostra uma autarquia financeiramente estrangulada, tecnicamente atrasada na prestação de informação fidedigna e perigosamente complacente com o incumprimento de normas legais de controlo e transparência.

Por todos estes motivos votamos contra.